

TCU pressiona governo a tirar Angra 3 do impasse

Eletronuclear teve impacto financeiro de R\$2,5 bi por causa de indefinição

Por **Sônia Paes**

O futuro de Angra 3 terá de ser definido pelo governo federal em um prazo de até 240 dias. Pelo menos essa é a determinação, aprovada por unanimidade pelo Tribunal de Contas da União (TCU), na quarta-feira (21). Motivo: os prejuízos financeiros provocados pela indefinição sobre a continuidade das obras, paralisadas desde 2015, que transformou-se em uma novela que não tem fim.

A decisão do TCU, relatada pelo ministro Benjamin Zymler, estabelece duas etapas para que o governo decida se retomará a construção ou abandonará definitivamente o empreendimento. O Ministério de Minas e Energia (MME) terá até 120 dias para atualizar, se necessário, e disponibilizar os estudos técnicos e documentos necessários. Depois da entrega desse material, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) terá mais 120 dias para tomar a decisão.

A determinação, mais uma vez, coloca um prazo para uma discussão que se arrasta há décadas e envolve bilhões de reais investidos, custos adi-

cionais para concluir a usina e despesas para manter estruturas e equipamentos

De acordo com o relatório do TCU, a falta de decisão sobre Angra 3 provocou um impacto financeiro estimado em R\$ 2,5 bilhões para a Eletronuclear entre 2024 e meados de 2026. A estatal federal é responsável pela operação das usinas nucleares brasileiras e pela condução do projeto de Angra 3. A Eletronuclear encerrou 2025 com prejuízo líquido de R\$ 142 milhões e dívida líquida ajustada superior a R\$ 7,25 bilhões.

INB E ENBPAR NO RADAR

O problema alcança outras empresas públicas ligadas ao setor nuclear. As Indústrias Nucleares do Brasil (INB), responsável pelo fornecimento de combustível nuclear para Angra 1 e Angra 2, registraram prejuízo de R\$ 156 milhões em 2025. Parte do resultado negativo está associada aos atrasos nos pagamentos da Eletronuclear.

Já a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), controladora das duas estatais e responsável pela participação brasileira na usina de Itaipu, viu seu lucro líquido cair de R\$ 414 milhões, em 2023, para R\$ 186 milhões, em 2025.

OBRA PARADA DESDE 2015

A construção de Angra 3 começou na década de 1980 e passou por sucessivas interrupções. As obras foram novamen-

te paralisadas em 2015 e, desde então, o empreendimento permanece sem uma definição definitiva sobre sua conclusão.

O projeto prevê uma capacidade instalada de aproximadamente 1.405 megawatts (MW), ampliando a geração de energia nuclear no país. Entretanto, a retomada exige novos investimentos e uma solução para o financiamento, além da atualização dos estudos técnicos e econômico-financeiros.

Em agosto deste ano, o TCU já havia iniciado um procedimento específico para acompanhar a situação da usina. Na ocasião, o ministro Benjamin Zymler destacou que o governo precisaria investir mais recursos para concluir o empreendimento e alertou para o aumento dos custos decorrente da demora na decisão.

Agora, a Corte estabeleceu prazos para que os órgãos responsáveis avancem na análise e apresentem uma decisão. A medida não determina a retomada nem o cancelamento da obra, mas busca impedir que o projeto continue sem uma definição administrativa.

Localizada em Angra dos Reis, a usina é um dos principais empreendimentos do setor energético na Costa Verde. A definição sobre seu futuro tem importância regional pelo porte do projeto e pelos possíveis reflexos sobre a atividade econômica, a cadeia de fornecedores e a geração de empregos vinculados à construção e à operação da unidade.

programas e das condicionantes estabelecidas para cada instalação.

Ao compartilhar a experiência brasileira, o especialista apresentou aspectos relacionados às unidades de mineração de urânio de Caldas, em Minas Gerais, e de Caetité, na Bahia, incluindo os desafios associados ao descomissionamento, à gestão de rejeitos e ao controle ambiental.

Outro ponto de destaque foi o potencial de desenvolvimento do setor de mineração de urânio no Brasil. Ricardo abordou as possibilidades de parcerias entre a INB e empresas privadas, considerando a flexibilização do monopólio da União estabelecida pela Lei nº 14.514/2022.

Ele destacou a capacidade da INB para contribuir com novos empreendimentos, especialmente nas áreas de geologia, com sua base de dados, nas etapas de beneficiamento, licenciamento, proteção radiológica e monitoramento.



Instalações da Usina de Angra 1 na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAB), em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO
AVISOS

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna públicas as seguintes licitações:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380/26.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos (BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 400MCG – FLACONETE 2 ML), para Atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 06/11/2026, às 10h00

ETAPA DE LANCES: 06/11/2026, às 10h00

PROCESSO Nº SEI-080001/016729/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 381/26.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos (BESILATO DE ANLODIPINO 2,5 MG COMPRIMIDO, CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG CÁPSULA, CLORIDRATO DE TRAMADOL 100 MG/ML SOLUÇÃO ORAL e CLORIDRATO DE TRAMADOL 37,5 MG + PARACETAMOL 325 MG), para Atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 06/11/2026, às 11h00

ETAPA DE LANCES: 06/11/2026, às 11h00

PROCESSO Nº SEI-080001/003129/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 382/26.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamento (VINORELBINA 30 MG CÁPSULA), para Atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 06/11/2026, às 10h00

ETAPA DE LANCES: 06/11/2026, às 10h00

PROCESSO Nº SEI-080001/026936/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 383/26.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de medicamentos (AMITRIPTILINA 25MG COMPRIMIDO, TIORIDAZINA 50 MG COMPRIMIDO REVESTIDO, TIORIDAZINA 100 MG COMPRIMIDO REVESTIDO E NALTREXONA 8 MG + BUPROPIONA 90 MG COMPRIMIDO REVESTIDO), para Atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 06/11/2026, às 11h00

ETAPA DE LANCES: 06/11/2026, às 11h00

PROCESSO Nº SEI-080001/032567/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 384/26.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas (ALFAMINO ®LATA 400G), para Atender à Assessoria De Atendimento às Demandas Judiciais, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 06/11/2026, às 09h00

ETAPA DE LANCES: 06/11/2026, às 09h00

PROCESSO Nº SEI-080001/013334/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 385/26.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos (CICLOBENZAPRINA 5 MG COMPRIMIDO REVESTIDO, CICLOBENZAPRINA 10 MG COMPRIMIDO REVESTIDO, CLONIXINATO DE LISINA 125 MG COMPRIMIDO REVESTIDO, CLONIXINATO DE LISINA 125 MG + CICLOBENZAPRINA 5 MG COMPRIMIDO REVESTIDO), para atender à Assessoria de Atendimento às Demandas Judiciais, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 06/11/2026, às 10h00

ETAPA DE LANCES: 06/11/2026, às 10h00

PROCESSO Nº SEI-080001/013072/2026

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.compras.rj.gov.br, <https://sei.fazenda.rj.gov.br> e www.gov.br/pncp/pt-br. Podendo também ser retirado de forma impressa, na Coordenação de Licitação, mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel tamanho A4, sito à Rua Barão de Itapagipe, 225, 7º Andar - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20261-901, de 2ª a 6ª feira, das 10h00 às 16h00, informações pelo e-mail: licitacao@saude.rj.gov.br.
Térreo - Laranjeiras - Rio de Janeiro/RJ.

Encontro discute gestão de materiais radioativos

Da **Redação**

A gestão de materiais radioativos de ocorrência natural, conhecidos pela sigla em inglês NORM (Naturally Occurring Radioactive Material), e os desafios relacionados à mineração de urânio foram os temas centrais da palestra do empregado da Indústrias Nucleares do Brasil Ricardo Ferreira Lage, durante o Workshop de NORM no Setor de Óleo, Gás e Mineração.

Promovido pela Autoridade Nacional de Segurança Nuclear e pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares, o encontro reuniu representantes do governo, da indústria, da academia e de organismos internacionais para discutir aspectos técnicos e regulatórios relacionados à

gestão desses materiais.

Ricardo destacou que na mineração de urânio a caracterização dos materiais é fundamental para determinar os radionuclídeos presentes, suas concentrações e quantidades, além de suas características físico-químicas. A partir dessas informações é feita a classificação do que será produto, resíduo ou rejeito.

A palestra também abordou os controles aplicados às diferentes etapas da mineração, incluindo medidas para reduzir a exposição ao radônio e à poeira, o monitoramento radiológico ambiental e o gerenciamento de rejeitos e efluentes. Ricardo explicou, ainda, a importância do licenciamento nas esferas ambiental, nuclear e minerária, com a atuação dos órgãos responsáveis e o cumprimento dos